



Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro de dois mil e treze, pelas dezassete horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho do Fundão, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência do Senhor Luís Gavinhos e secretariada pela Senhora D. Maria do Carmo Nogueira e Sr. Aires Patrício.

Feita a chamada, verificou-se a falta dos membros: António Eduardo Saraiva, Liliana Reis que justificaram atempadamente as suas faltas e foram substituídos pelos Senhores João Couto Gonçalves e Carla Duarte. Faltaram ainda os membros Vítor Martins, Nuno Baltazar Mendes, José Anacleto, Pedro Salvado, João Taborda, Jean Barroca, Maria Alice Cardoso, Helga Capelo, Júlio Correia, Vítor Dias, Marco Marques e Maria Ladeira. Os Presidentes de Aldeia de Joanes, Enxames e Valverde foram substituídos pelos seus representantes legais. Relativamente ao Executivo Municipal faltou o Senhor Vereador Augusto Leal Salvado.

Constatada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, com a seguinte agenda:

Ordem de Trabalhos

1º - Período de Antes da Ordem do Dia

2º - Período da Ordem do Dia

2.1 - Apreciar uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade municipal e da situação financeira do Município;

2.2 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “ Reestruturação do Sector Empresarial Local do Concelho do Fundão – Dissolução da empresa – FTM – Fundão turismo, E.E.M”;

2.3 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “ Aprovação da alteração ao Mapa de Pessoal do Município do Fundão para 2013”;

2.4 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “ Integração do Município do Fundão na InovCluster – Associação do Cluster Agroindustrial do Centro”;

2.5 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “ Declaração de Interesse Municipal ao Investimento da Altran”;

2.6 – Eleição de três elementos da Assembleia Municipal para integrarem a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Fundão”.

O Senhor Presidente da Mesa deu por iniciados os trabalhos, saudou todos os presentes. De seguida justificou a ausência do Senhor Presidente da Mesa por motivos profissionais inadiáveis e colocou a votação a ata número 7/2012 que foi aprovado por maioria com 38 votos a favor e 1 abstenção do membro Nuno Miguel Henriques, por não ter estado presente.

Período de Antes da Ordem do Dia

Luís Lourenço – Parece-lhe que se verifica uma nova realidade que nos tem escapado e que tem a ver com a criação das novas regiões/comunidades intermunicipais. Tudo está a ser feito de “*pés para o ar*”, começando a construção de uma casa pelo telhado e não pelos alicerces. Pelo que parece, as regiões e comunidades já foram aprovadas em função de interesses que não são os mais indicados, com a divisão de coisas tradicionalmente unidas e a união do que por tradição não o era. Estamos também a passar por cima Constituição da República que menciona a existência de regiões. Essa discussão não foi efetuada e neste momento já se definiram mapas de forma errada, sem se saber á partida quais são as verdadeiras responsabilidades que essas comunidades têm, nem como é que os seus órgão são eleitos e muitas outras questões. Como membro desta AM e como interessado no bom funcionamento dos órgãos municipais, não pode deixar esta questão de lado, até porque esta Lei vai definir o regime jurídico das autarquias locais, os estatutos das entidades intermunicipais, o regime jurídico das transferências de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, bem como a delegação de competências do Estado nas autarquias locais. Definirá também o regime jurídico do associativismo autárquico. Por outro lado podemos estar a ceder poderes da Câmara e da Assembleia Municipal a um órgão intermunicipal que ninguém sabe muito bem o que vai ser. Embora já lhe tenham dito que algumas das coisas possam ser diferentes do que afirmou, mas o que estava previsto inicialmente era que a eleição daquele novo órgão fosse tudo menos uma eleição democrática. Trata-se pois de questões que devemos conhecer melhor e discutir, para podermos ter uma palavra a dizer sobre o futuro das autarquias e daquelas comunidades.

Aires Patrício – Baseou a sua intervenção num documento que se junta à presente ata, constituindo o Anexo 1.

Jorge Santos – Afirmou que ao longo dos últimos 12 anos vem repetindo os mesmos problemas, sem que se vejam soluções. A estrada municipal Vale de Prazeres/Quintas da Torre está em tal estado de degradação que praticamente não existe, havendo locais da estrada onde já só passa 1 carro de cada vez. O caminho Catrão/Alto do Barbado está cheio de buracos e a Câmara Municipal poderia minimizar o problema através da cedência à Junta de Freguesia da niveladora, mas nem isso. Convidou todos os presentes a constatarem no local o que acabara de afirmar. Adiantou ainda que o muro de suporte do cemitério está em muito mau estado e, se cair e levar atrás de si um sem número de campos, de quem será a responsabilidade. É verdade que se está a fazer o saneamento básico em algumas anexas de Vale de Prazeres, mas há obras muito urgentes que têm de ser feitas. O Senhor Presidente da Câmara dá algumas ordens, mas parece que existem funcionários que mandam mais, ou então está alguém a contrariar as suas ordens.

Catarina Gavinhos – Começou por mostrar a sua concordância com muitas das palavras proferidas na intervenção do membro Aires Patrício. Disse que nos restam poucas alternativas para lutar contra poderes ocultos, contra estes mercados que nos chantageiam sistematicamente. Apelou á participação na manifestação do dia 2 de março na Praça do Município, na Covilhã, como forma de luta contra estes poderes que nos governam. Se o povo todo sair á rua talvez algo mude.

Luís Castanheira – Fez uma intervenção baseada num documento que se junta á presente ata, constituindo o Anexo 2.

Rogério Hilário – Disse que estamos a atravessar dificuldades, mas que é preciso refletir sobre o que está a acontecer. Devemos acima de tudo ver o que se está a passar

quels

no concelho do Fundão cuja taxa de desemprego com dados a 31 de janeiro último é de 11,2%, muito abaixo da média nacional. Não é bom porque significa desemprego, mas é algo de significativo, estando abaixo do verificado nas cidades da Covilhã e Castelo Branco. Embora o nosso tecido empresarial esteja a passar por dificuldades, tem sabido reagir. Realçou também o que está a ser feito por parte da Câmara, através da internacionalização dos nossos produtos. A marca Fundão começa a ser olhada de forma diferente, mérito do trabalho de muita gente, do esforço do município e dos empresários. Destacou também como é fundamental a internacionalização das nossas empresas, o trabalho relativo aos produtos locais, o investimento da ALTRAN, o crescimento da indústria de polimentos, a central termoelétrica, a bio fábrica. Trata-se de questões que podem não se ver ainda no terreno, mas os processos e pedidos de licenciamento estão a entrar na Câmara Municipal e darão os seus frutos brevemente, trazendo mais massa monetária, mais pessoas, o que virá beneficiar o comércio local. Estamos numa fase em que todos devemos ajudar porque tudo o que fizermos mal é imediatamente constatado pelos estrangeiros/investidores. Precisamos muito desses investimentos, pelo que devemos ter algum cuidado. Nada acontece por acaso e resulta da organização e visão do nosso concelho. Realçou o sucesso do COWORK da Moagem e da incubadora de empresas que está praticamente completa. As pessoas que ali se vão instalar terão de trabalhar e criar condições para que as suas empresas tenham sucesso, criar emprego, expandir mercados. Considerou que o parque industrial de Silvares devia virar-se para uma indústria mais direcionada para a floresta, até será necessária essa matéria-prima para o funcionamento da central termo elétrica. Lembrou também que há jovens que necessitam apoio e financiamento para implementar os seus projetos e que a Câmara Municipal juntamente com algumas instituições bancárias deram passos importantes nesse sentido. Acentuou que existe um reconhecimento nacional pelo esforço que o Fundão está a fazer e isso é muito bom para todos.

Jorge Santos – Voltou para dizer que existem no concelho 6 médicos prestes a reformarem-se e 3 que necessitam de renovação dos seus contratos e que a sua falta pode vir a trazer problemas graves ao Fundão e às suas freguesias em termos de cuidados de saúde essenciais às populações. Solicitou que fossem tomadas as providências necessárias para que este problema não se torne uma realidade a curto prazo. Repetiu também que obras na sua freguesia são “só para afilhados” e todas efetuadas à margem da Junta de Freguesia. Espera que o Senhor Presidente da Câmara cumpra o que lhe disse e acabe com estas situações, o que ainda não se verificou.

Período da Ordem do Dia

2.1 - Apreciar uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal e da situação financeira do Município

Carlos Jerónimo – Agradeceu publicamente ao Senhor Secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social o facto de se ter deslocado ao nosso concelho e ter deixado notas de esperança e alguns Euros para apoiar algumas instituições. Particularizou neste aspeto a associação de solidariedade social da freguesia de Silvares que tem um passivo elevado, mas foi minimizado com o apoio de 200.000 €, reduzindo-o em cerca de 20%. Agradeceu também aos deputados do PSD eleitos pelo distrito de Castelo Branco, o apoio que deram para que aquela ajuda estatal fosse possível. Perguntou o que se passou na reunião do Executivo com a Portugal Telecom, nomeadamente o assunto relativo aos cabos aéreos que atravessam a freguesia de Silvares, não se justificando que os mesmos não sejam enterrados face à existência de tubagem para o efeito já executada. Perguntou também se nas reuniões com as empresas

Águas de Portugal e Águas do Zêzere e Côa foi abordada a problemática do reservatório de águas do Cruzeiro, em Silvares, onde existem largas dezenas de habitações sem distribuição de água pública. Corroborou também as palavras do membro Rogério Hilário, vendo com muita satisfação esta estratégia de internacionalização da economia do concelho. Trata-se de uma visão ganhadora que trará a curto/médio prazo importantes frutos ao nível da criação de empregos e de riqueza no nosso concelho e região. O Fundão abriu um caminho que está a ser seguido por todas as câmaras do interior. Acha que se devia estudar a possibilidade de suspensão do pagamento das taxas de estacionamento em muitas zonas da cidade, o que irá beneficiar o comércio local, já que numa altura de muitas dificuldades talvez fosse bom que a Câmara pensasse em suspender a aplicação daquelas taxas, o que seria mais uma ajuda bem-vinda.

Luís Lourenço – Disse que a informação escrita está melhor estruturada, mas existe informação demasiado detalhada e outra com falta de detalhe. Chamou também a atenção para a última página onde se informa que cobramos até agora 4,7% das receitas orçadas, o que indica que a este ritmo chegaríamos apenas aos 28,2% no final do ano, o que seria muito mau. Relativamente à despesa já estão comprometidos 86% do orçamento, mas estão apenas pagos 4,3% desse valor, o que na mesma filosofia iria dar uma taxa de 26,2% no final. É evidente que as coisas serão diferentes, com outros ritmos, mas é bom que olhemos para os números para sabermos o que se perspectiva para o futuro. Pediu esclarecimentos sobre a notícia do jornal do Fundão a propósito da discussão do IMI e sobre a aprovação pelo Tribunal de Contas do PAEL, perguntando qual é a taxa de IMI que temos de aplicar e se na sequência de exigências feitas ao município, não devíamos repensar a aplicação da taxa de IMI no concelho do Fundão.

Presidente da Câmara – Começou por explicar que existiam 11 entidades regionais e 3 NUTTS, responsáveis pela organização dos modelos de descentralização dos fundos comunitários e acima de tudo formalizar aquilo que é a agregação estatística do nosso território e a partir dele executarem políticas de discriminação positiva nas diferentes áreas. Neste momento de mudanças existe uma proposta na Assembleia da República que vai alterar o modelo atrás referido de forma significativa. Em traços gerais passarão a existir 8 sub-regiões e cada uma delas, à exceção de uma, tem maior dimensionamento e uma abrangência mínima de 200.000 pessoas. Infelizmente os municípios da Beira Interior sul começaram por pretender fazer parte da NUTT do médio Tejo, exceto o município de Penamacor. Tratava-se de uma situação demasiado fraturante e penalizadora para todos. Ultimamente as coisas mudaram um pouco e está proposta a criação da sub-região da Beira Interior Sul, que irá abranger alguns municípios a sul do distrito, incluindo Castelo Branco, mas com cerca de 90.000 habitantes, sendo a exceção à regra prevista por Lei. Prevê-se que o município de Penamacor possa integrar a região da antiga Comurbeiras e Serra da Estrela. Sobre o mesmo assunto disse que as câmaras municipais têm um quadro de competências ainda não definido de forma definitiva no âmbito sub-regional. Existem competências que os municípios podem delegar na entidade sub-regional e outras que o Estado pode delegar nas câmaras, que por sua vez poderão ser subdelegadas nessas novas entidades. Quanto às competências próprias das entidades sub-regionais, tem neste momento mais dificuldade em falar delas, porque segundo o que sabe, o modelo de competências tem a ver com o que for delegado nas câmaras e com aquilo que estas possam subdelegar. O modelo de governação ainda não está bem definido, pelo que não vai entrar em especulações, mas pensa que o mesmo vai no sentido de dar maior importância aos eleitos autarcas em detrimento de outras figuras com legitimidade mais indireta. Informou que também está previsto o aumento de competências das Juntas de Freguesia. O Decreto é muito complexo já que aborda muitos assuntos, pelo que devemos aguardar algum tempo de forma a posicionarmo-nos com mais certeza. Num momento de definição de políticas relativas ao próximo quadro

comunitário de apoio e que ele próprio em nome do município do Fundão, foi escolhido para coordenar nesse quadro as políticas de coesão, associadas mais para as zonas de muito baixa densidade, aproveitando para desafiar todos os presentes a fazerem-lhe chegar observações, sugestões, comentários, ideias ou projetos que possam contribuir para a construção de um quadro particularmente exigente e que se está a posicionar muito naquilo que é criar valor económico no nosso território, em detrimento das infraestruturas já criadas anteriormente, ou seja criar investimento/economia. Esta Câmara teve alguma sorte e também muito mérito, por ter chamado a atenção de alguns investidores, alguns de grande nível e vai continuar muito atenta e prestar as informações relativas ao processo da criação das novas comunidades intermunicipais, Deu também conhecimento que a Câmara já recebeu o visto do Tribunal de Contas relativamente aos 37 milhões de euros do PAEL, sem qualquer condicionante, pelo que tudo ficou conforme aprovado pela Assembleia Municipal. Está em discussão pública a conexão entre o IMI e a criação de postos de trabalho mas ainda não recebeu qualquer proposta. Em Abril esse assunto deverá voltar à Assembleia Municipal para decisão definitiva, mas como regulamento que é merecia da parte de todos, sugestões por escrito, pelo que reiterou a participação dos interessados. Relativamente às obras em curso a Câmara é promotora do Lar do Souto da Casa, ou seja é dona da obra, o mesmo acontecendo com o Lar do Telhado, praticamente concluído. A Câmara Municipal é igualmente parceira doutras instituições noutras infraestruturas, como os casos de Valverde e Silvares e também se está a apoiar o Lar dos Três Povos de forma significativa. Respondendo ao membro Jorge Santos disse que a questão dos médicos é preocupante, tem tido muitos contatos com as entidades de saúde locais, mas a situação é complexa e difícil, cabendo-nos ter muito respeito pelo trabalho dos atuais médicos, mesmo aqueles que já estão numa fase avançada da sua carreira mas continuam a prestar um grande serviço às comunidades. Se estes legitimamente saírem entraremos numa situação de pré rotura difícil de resolver. A Câmara Municipal tem alertado as entidades competentes para que se abram atempadamente os concursos e que também se criem as condições necessárias para que os médicos aqui formados possam continuar na região, inclusive com a colaboração das autarquias locais, numa solução integrada. Sobre as obras na freguesia de Vale de Prazeres disse que durante 12 anos também ouviu o Senhor Presidente da Junta a falar noutras obras que neste momento já não fala porque já estão feitas ou estão no terreno, como é o caso das obras de saneamento em execução neste momento, esperando que com o desbloqueamento recente de questões relativas às ETAR'S, a obra finalize. Sobre o muro do cemitério informou que finalmente se chegou a um entendimento com o proprietário dos terrenos contíguos e vai resolver-se o problema. Neste momento existem muitos empresários agrícolas a entrar com projetos de produção para a zona sul do concelho, onde se inclui Vale de Prazeres, realçando que o Senhor Secretário de Estado assumiu o prolongamento do regadio para aquela zona, o que é uma boa notícia para quem aposta na agricultura. Corrigiu o membro Rogério Hilário informando que a nossa taxa de desemprego é neste momento de 11,5%, sendo desejo desta Câmara trabalhar para a reduzir ao máximo. Informou também o membro Carlos Jerónimo que decorreram reuniões com a PT onde foi discutido o problema do TDT que não chega com qualidade a casa de todas as pessoas no concelho. O problema resolveu-se em parte mas existem locais com sombreamento, prevendo-se que fiquem resolvidos de forma definitiva através da implementação de nova tecnologia. A PT também vai avançar com a fibra ótica, numa primeira fase efetuado a sua ligação a alguns edifícios municipais na cidade. A partir do mês de Junho toda a componente ALTRAN vai funcionar no multiusos, daí que foi possível adiantar a questão da fibra e a ligação a alguns edifícios como Moagem, antiga praça, Câmara, ADF e o multiusos. Informou ainda que em termos de contratação com a ALTRAN estão previstos em 6 anos a admissão de 240 pessoas naquela empresa. Referiu ainda que a luta com as Águas de Portugal/Águas do Zêzere e Côa continua,

esperando que a questão se resolva brevemente. Quanto aos cabos aéreos em Silvares, o assunto foi falado e espera que se resolva rapidamente. Sobre o estacionamento na cidade já foi feita uma redução acentuada da área de estacionamento paga e não lhe parece que os problemas do comércio se resolvam com a questão do estacionamento.

O Senhor Jorge Santos interpelou o Senhor Presidente da Câmara dizendo-lhe que se esqueceu de responder à questão das vias de comunicação que ligam a sua freguesia às Anexas e à freguesia de Mata da Rainha.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que não há dinheiro para fazer uma reparação profunda em todos os troços, que vão ser realizadas algumas intervenções urgentes, mas que as mesmas estão encadeadas e vão surgir no seguimento das obras de saneamento neste momento em execução. Já foram pavimentadas algumas estradas na zona Orca/Enxames e irão ser feitas intervenções nas estradas municipais em pior estado na zona de Vale de Prazeres, após as obras do saneamento.

2.2 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Reestruturação do Sector Empresarial Local do Concelho do Fundão – Dissolução da empresa – FTM – Fundão turismo, E.E.M”

Luís Lourenço – Informou que a CDU está de acordo com a proposta, embora tenha ficado alguma informação que não foi muito clara, referindo que não ficou esclarecido da forma como foi efetuada a transferência de 7 trabalhadores daquela empresa para o município, em detrimento dos restantes. Fazendo a ligação com o ponto seguinte da ordem de trabalhos disse que o mapa de pessoal apresentado também não demonstra o que muda desde o último quadro aprovado.

Abel Rodrigues – Disse que também ia ligar este ponto com o seguinte. Ao fim de 11 anos em que o PS sempre afirmou que as empresas municipais não faziam sentido, eis que nos aparece agora esta proposta de extinção. Diz a mesma que o capital da empresa vai ser detido na totalidade pelo município, que o objeto é a promoção turística do concelho do Fundão e que a empresa registou resultados negativos nos últimos exercícios, perguntando se alguma vez os mesmos foram positivos. Agora a Câmara reconhece que esta empresa não tem razão de existir porque os pressupostos que estavam na base da sua criação podem ser perfeitamente desenvolvidos pela Câmara Municipal, mas também isso foi dito pelo PS ao longo dos anos. Também apurou que existiam 18 trabalhadores na empresa e que vão ser transferidos para a Câmara 7, pelo que gostava que lhe explicassem quais foram os critérios que levaram à escolha de uns e não dos outros. A descrição de funções dos 7 funcionários que vão continuar é pouco menos que ridícula e entre outras diz que um determinado funcionários “*desenvolve ações que se enquadram em diretivas gerais dos dirigentes e chefias*”, será que existe algum trabalho que não se enquadre nestas funções? refere outra pessoa que uma das suas funções é “*colocar estampilhas*” e uma outra em que lemos e relemos mas não se consegue entender quais são as funções que o trabalhador desempenha. São questões demasiado más para ser verdade e são ridículas. Perguntou também qual a justificação que o Senhor Presidente da Câmara dá para a empresa Viver Fundão continuar, porque o PAEL uma das questões que obriga é minimizar os custos com as estruturas camarárias. Perguntou ainda qual foi a redução do número de trabalhadores efetuada desde a aprovação do PAEL. Não defende despedimentos, mas o certo é que quem criou esta situação dos funcionários das empresas municipais não foi o PS. Foi esta Câmara que criou as empresas e quem aumentou extraordinariamente o número de funcionários através de entradas diretas para o próprio município e para as empresa municipais.

Carlos S. Martinho – Disse que acaba de assistir a um exercício de demagogia a que o PS nos vai habituando desde há algum tempo. Às 3ª, 4ª e 6ª feiras são a favor de uma coisa, às 2ª, 5ª e sábados a favor de outras. Quem criou as empresas municipais foi o governo do PS, o mal não está nas empresas mas na forma como as mesmas se espalharam pelo País. As empresas criadas por esta Câmara não trouxeram qualquer problema, a Fundão Turismo esgotou a sua função e hoje o Fundão está a receber os frutos do trabalho ali realizado, não sendo por acaso que a notoriedade do Fundão é hoje uma realidade, fruto do trabalho louvável de muita gente naquela empresa. Esgotada a sua missão e dadas as limitações impostas pela legislação a Câmara achou por bem extinguir esta empresa, salvaguardando um princípio considerado central na atuação desta maioria, que era a integração das mesmas numa única, no caso a Viver Fundão. Disse também que Abel Rodrigues não conhece os relatórios de contas das empresas porque não quer, já que os mesmos são públicos e vieram à Assembleia Municipal para conhecimento. Quanto aos trabalhadores, o PS deixou no ar a suspeição de que é favorável ao seu despedimento, esperando que a Câmara Municipal o faça num número o menor possível, continuando sempre a defender os seus interesses e o emprego.

Abel Rodrigues – Respondendo ao membro Carlos São Martinho, afirmou que o mesmo se esqueceu que já não é membro do executivo, mas fala como se fosse. Não é verdade que a extinção desta empresa se deva ao facto de se ter esgotado a missão para que foi feita, já que a Lei impõe que as empresas municipais que tenham 3 anos de prejuízo seguidos se extingam automaticamente. Não aceita lições porque para o PSD no Governo apoiado pelo membro Carlos São Martinho, o que hoje é verdade amanhã já não será bem assim, existindo inúmeros exemplos disso mesmo. Repetiu que não é favorável a qualquer despedimento, mas exige saber os critérios para despedir 11 e manter 7 trabalhadores. Relativamente às outras empresas municipais a sua questão é exatamente a mesma, quer saber quais são os critérios de seleção utilizados. Reiterou ainda que quem criou e engordou o mapa de pessoal desta Câmara não foi o PS.

Presidente da Câmara – Lembrou que embora exista legislação recente sobre o assunto, há cerca de 1 ano havia afirmado que no âmbito da consolidação do grupo municipal e da cooperação municipal existente, iria propor uma reformulação profunda do setor empresarial municipal. Não se trata de questões fáceis, mas passado 1 ano o processo está praticamente concluído. Deu conhecimento que a empresa Viver Fundão e a sua associação com o património da Escola Profissional, para além do papel social e profissional desempenhado pela empresa Fundão Verde, justificam bem a sua fusão e algum do consenso existente, por todos reconhecidos. Por outro lado o Mercado Abastecedor era uma empresa pública, na sua origem com participação minoritária do município, ou seja não era uma empresa municipal. Acontece que as alterações verificadas no funcionamento dos mercados grossistas levaram a que a empresa fosse municipalizada para poder continuar a existir e a ajudar produtores e comerciantes. Terminado o processo de construção e implementação do mercado abastecedor a câmara municipal decidiu internalizar as capacidades no município, dado que também já passaram os 5 anos naquilo que foi o investimento/financiamento comunitário superior a 50%, daí a integração dos 4 funcionários ali existentes. Relativamente á empresa Fundão turismo, a mesma teve um papel muito importante, corrigindo desde logo que a mesma não teve em 2010 resultados negativos. Existiram outras questões evolutivas que levaram a esta resolução, nomeadamente a reestruturação financeira do município e o facto de se ter avançado com um pacto de cooperação para a região. Chegou-se á conclusão que em termos de turismo, o Fundão ganhou notoriedade e colocámo-nos no mapa, mas também se concluiu que por si só, o Fundão é pequeno. Assim, neste momento somos um par do melhor que temos para oferecer em conjunto com os

municípios de Belmonte e Covilhã. Entre os três municípios vamos ter uma oferta muito mais capacitada, pelo que se avançou com a criação da Associação de Turismo da Cova da Beira, entretanto aprovada nesta Assembleia Municipal. Este caminho foi muito bem feito e chegou a hora de se ganhar escala, entendendo-se passar de um modelo de empresa municipal por outro de cooperação sub regional na área do turismo valorizando as marcas aqui existentes. Quanto aos funcionários a Câmara diminui o dobro daquilo que a Lei exigiu ao nosso concelho. Temos cerca de 312 funcionários num quadro da Câmara com 329 lugares. As alterações agora efetuadas servem para colocar os 4 lugares oriundos do mercado abastecedor. Relativamente á empresa Fundão Turismo existe um quadro legal que estabelece que todos os funcionários com mais de 1 ano de contrato sem termo nas empresas municipais, devem ser internalizados no município, naquilo que se denomina um quadro de mobilidade, pelo que todos os funcionários que reuniam esses requisitos ficaram, com esse critério e não qualquer outro. Alguns dos funcionários que vão sair vão posicionar-se e serão integrados noutras estruturas, não dependentes diretas desta Câmara Municipal, continuando a defender os produtos e as marcas do concelho do Fundão. A poupança com a extinção e fusão de empresas anda na ordem dos 400.000 €/ano, embora haja consequências, aproveitando a oportunidade para agradecer o esforço e trabalho realizado por muitos dos funcionários que vão sair.

Não havendo mais interessados em usar da palavra foi o documento colocado a votação e aprovado por unanimidade.

2.3 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação da alteração ao Mapa de Pessoal do Município do Fundão para 2013”

Não havendo interessados em usar da palavra sobre este assunto, foi o documento colocado a votação e aprovado por maioria com 42 votos a favor e 2 abstenções dos membros Luís Castanheira e Nuno Miguel Henriques.

2.4 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “ Integração do Município do Fundão na InovCluster – Associação do Cluster Agroindustrial do Centro”

Não havendo interessados em usar da palavra sobre este assunto, foi o documento colocado a votação e aprovado por unanimidade.

2.5 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “ Declaração de Interesse Municipal ao Investimento da Altran”

Não havendo interessados em usar da palavra sobre este assunto, foi o documento colocado a votação e aprovado por maioria com 43 votos a favor e 1 abstenção do membro Nuno Miguel Henriques.

2.6 – Eleição de três elementos da Assembleia Municipal para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Fundão

O Senhor Presidente da Mesa informou que as listas para esta eleição deviam ser indicadas e votadas no seio desta Assembleia Municipal, mas os seus membros não tinham obrigatoriamente de pertencer a este órgão. Após breve tempo de interregno deu conhecimento que deu entrada na Mesa uma proposta, que se junta à presente ata

constituindo o Anexo 3. De seguida, através do sistema de voto secreto colocou a votação a proposta da qual se verificaram os seguintes resultados:

- 36 Votos SIM
- 7 Votos em Branco
- 1 Voto NÃO

Face à votação foram eleitos por maioria os elementos constantes na lista anexa à presente ata.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa perguntou ao público presente se alguém pretendia intervir. Uma pessoa solicitou a palavra, tendo o senhor Presidente da Mesa informado que tinha 5 minutos para o fazer:

José Vaz Carlos – Disse que voltava a falar nesta Assembleia dum problema já conhecido, uma vez que continua, juntamente com a sua família, a sofrer na pele os problemas do barulho noturno oriundos do bar existente no r/c do prédio onde vive. Está a ser muito duro aguentar aquele ambiente, pelo que apela a que definitivamente se fizesse o possível para ter o seu direito ao descanso, sobretudo à noite e viver em paz.

Presidente da Câmara – Começou por afirmar que noutros tempos não existiram os ordenamentos relativos às zonas onde os bares deviam ser colocados. Informou que finalmente esta Câmara conseguiu homologar os seus aparelhos de medição dessas situações e com base no bom senso e ao abrigo da Lei irão tentar resolver-se estas questões, pedindo desculpa pelos atrasos verificados.

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente deu como encerrados os trabalhos da Assembleia Municipal pelas 20.30 horas. Da sessão se exarou a presente ata que vai ser assinada por todos os Membros da Mesa da Assembleia.

Presidente da Assembleia Municipal _____

1º Secretário _____

2º Secretário Maria do Carmo Roxo Nogueira



VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS

2.2 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “ Reestruturação do Sector Empresarial Local do Concelho do Fundão – Dissolução da empresa – FTM – Fundão turismo, E.E.M” – **Aprovada por unanimidade**

2.3 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “ Aprovação da alteração ao Mapa de Pessoal do Município do Fundão para 2013” – **Aprovada por maioria com 42 votos a favor e 2 abstenções de Nuno Miguel Henriques e Luís Castanheira**

2.4 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “ Integração do Município do Fundão na InovCluster – Associação do Cluster Agroindustrial do Centro” - **Aprovada por unanimidade**

2.5 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “ Declaração de Interesse Municipal ao Investimento da Altran” – **Aprovada por maioria com 43 votos a favor e 1 abstenção do membro Nuno Miguel Henriques**

2.6 – Eleição de três elementos da Assembleia Municipal para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Fundão” – **Eleita lista única em anexo com 36 votos a favor, 1 voto contra e 7 votos em branco.**

CDS
CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO FUNDÃO

28 de Fevereiro de 2013

Deputado Municipal: Aires Patrício

Intervenção no PAOD

Estivemos aqui há dois meses.

Tivemos entretanto um Orçamento e o anúncio de que as previsões se revelaram, uma vez mais, erradas.

Já sentimos a sobretaxa e mais uma diminuição do rendimento.

Situação e oposição trocam acusações.

Enquanto tal, a qualidade de vida dos portugueses degrada-se imparavelmente.

—

Mais uma vez se nos impõe a reflexão a que a cidadania obriga.

Não será elegante repetirmo-nos na crítica ao erro mas, se o erro, teimosamente, persiste, incumbe-

nos o dever cívico de o denunciar, de propor a sua correcção.

A partir do momento em que a governação deste País - pese embora a insanidade que Krugman atribui aos líderes europeus – se revela incapaz de ler o caos social que está a construir, ou mesmo a consolidar, é improcrastinável que o cidadão contribuinte – base de todo o sistema – faça ouvir a sua voz com a vontade e a força necessárias e suficientes à evolução civilizacional que a dinâmica histórica intrínseca à condição humana exige.

Portugal não pode continuar a perder tempo com modas de natureza semântica ou outras, a deambular pelos corredores de reuniões intermináveis de que não brote uma estratégia sólida e consequente, a dispersar-se por aparições ministeriais que vão da perda de sono ao sono tranquilo.

De facto, sendo que sem memória não há pensamento, sem pensamento não há ideias, sem ideias não há futuro, comecemos por recorrer à memória e interpretar – ler - o que foi a ambiência política, social e económica que adveio da subida

ao trono do jovem Rei. D. Sancho II...

O Povo português tem vindo a ser governado sem uma estratégia clara e consistente, em que os sistemas de ensino e de justiça enfermam das mais diversas debilidades, o que, forçosamente, determinou a falta de crescimento - agora tão falado - a inevitável fragilidade económica.

Nas décadas mais recentes temos vindo a assistir a um afastamento gradual e preocupante do poder relativamente à realidade do País.

Para além do contexto global que se vive, os sucessivos governos não têm sabido contrariar, contornar, evitar o agravamento das desigualdades que dia-a-dia se acentuam inexorável e dramaticamente.

O Povo português vive uma circunstância que não será excessivo considerar-se sem precedentes.

Já aqui o referi, mas, infelizmente, não é demais repeti-lo.

Os portugueses vivem, cada vez mais, sob a pressão de uma angústia que mata a esperança, retira a vontade e aniquila a fé.

Os medos avolumam-se.

Não encontra respostas que lhe tragam algum conforto e capacidade para acreditar.

Vítima de critérios meramente contabilísticos, afogado em percentagens e estatísticas que o transcendem, enredado por uma contabilidade em que não teve intervenção, espezinhado por uma fiscalidade medieva, o Povo português sente-se como que encurralado numa espécie de beco em que simplesmente vegeta e não vive.

É bom termos memória das recomendações do Prof. Hernâni Lopes no que à adesão à moeda única diz respeito, bem como termos presentes outras vozes que nos trouxeram o que julgo poder considerar-se de legítimas dúvidas, nomeadamente agora; sem voz própria, sem mecanismos de defesa.

Será isto o tal protectorado?

Lembrando alguém que andou por aí falando da taxa Robin dos Bosques, estou eu a lembrar-me que o Reino Unido não quererá o euro com receio do regedor de Notingham...

É equidistante da discussão política/partidária que deveremos passar a centrar a nossa acção.

O País merece-o.

Será fácil recordar a resposta do então candidato, hoje PM, à aluna que numa escola lhe perguntou se ia acabar com o subsídio de Natal. O candidato foi peremptório: ó menina...isso é um disparate...

Disparate ou não, a verdade é que foi o de Natal e o de férias.

O IRS o que se sabe.

Quanto ao IMI o que melhor se virá a saber.(falta pouco).

As sobretaxas a crescer a todas as outras taxas.

A recessão da economia em espiral.

O desemprego assustador.

A qualidade de vida cada vez mais reduzida.

Ouve-se falar de depressão.

Ouve-se falar de suicídio.

Ouve-se falar de fome.

E de tudo o mais que ensombra a nossa existência.

Perante o dramatismo de um dia-a-dia cada vez mais difícil, dia-a-dia que sabemos não ter sido resultado da acção exclusiva do governo em exercício e tendo presente o que vinha de trás, não invalida tal, contudo, que este governo denotasse uma maior sensibilidade perante os problemas sociais a que a sua concepção quanto à forma de governar nos está a conduzir.

É gritante, em particular, o caso dos pensionistas.

É quase ultrajante impor a quem percorre a última etapa que o faça abdicando daquele mínimo ao qual dedicou toda uma vida.

Assinou o Estado um contrato de trabalho com os seus servidores que agora não honra, invocando incapacidade financeira para o cumprir; contudo, ao diminuir drasticamente a capacidade financeira do seu servidor, agora pensionista, exige-lhe que ele continue a honrar todos os compromissos assumidos – a que somaremos a nova e voraz fiscalidade - no âmbito do que era o seu orçamento, ignorando, por absurdo, que estende,

desta forma, a sua incapacidade governativa às famílias, o que só tem, como efeito, a crescente ingovernabilidade do País: a falta de crescimento económico, o constante acentuar de uma espiral recessiva que, como na semana passada e, uma vez mais, ficámos a saber - o que afinal já se sabia-ou seja, nenhuma previsão do governo bate certo.

Sei que o Partido que aqui represento faz parte do actual governo.

Será em nome de um compromisso patriótico que o aceito, o que, todavia, não me impede, em nome dessa mesma Pátria, trazer aqui a palavra que traduz a amargura que se vai instalando nas famílias portuguesas.

Como é do conhecimento do País, o meu Partido tem vindo a tentar e continua a tentar, como ainda recentemente aconteceu por forma explícita, a contribuir para uma governação mais sensível e atenta aos problemas sociais que se enfrentam, estando certo de que a contribuição de Paulo Portas, enquanto ministro de Estado, será positiva nas funções para que foi chamado pelo PM.

Se me permitem referirei três nomes que valerá a pena recordar:

Wilhelm Reich – O livro que nos deixou e a que deu o título “Escuta Zé Ninguém”.

O Prémio Nobel Joseph Stigutz “ Os líderes europeus têm subestimado os efeitos adversos dos seus programas de austeridade e sobrestimados os benefícios dos seus ajustamentos”.

E, por último, o nosso...Eça de Queirós:

“...não tireis à Nação o que ela vos não pode dar, governos! Não espremais o ubre da vaca faminta, que ordenhareis sangue! ...”

Seria muito interessante que a polis soubesse criar os instrumentos capazes de combater a cegueira do financeiro, qual toupeira que mina os alicerces do edifício económico sem o qual não há futuro possível.

Estamos em ano de eleições autárquicas, eleições a que não será estranha a recente Reforma Administrativa.

Quero acreditar que estamos a tempo de, em conjunto, sabermos partilhar as ideias, o trabalho que situam o munícipe como razão primeira da nossa acção.

A desertificação, o abandono de terras, as dificuldades do comércio, o factor idade.

A demografia é uma questão preocupante.

Tivemos, recentemente, boas notícias que vão ao encontro de algumas das nossas preocupações, com a vinda de actividades que se prendem com o novo mundo novo.

Refiro-me, concretamente, à vinda da multinacional ALTRAN, no que salientarei a acção do Presidente da Câmara, Dr. Paulo Fernandes, bem como o empenho do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Paulo Portas, na prossecução de tais objectivos.

Queremos acreditar que serão um primeiro passo no sentido de outras achegas que, em conjunto, saberemos encontrar e assim contribuir para a valorização da qualidade vida do nosso município.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO FUNDÃO
28/02/2013

Exmos Senhores

Têm sido vários os momentos em que distintos grupos de cidadãos mostram o seu descontentamento e a sua contestação perante o (Des)Governo Nacional entoando a Grândola Vila Morena do Grande Zeca Afonso.

Também eu me proponho aderir a esse exercício de indignação usando aquele símbolo do inconformismo popular utilizado quantas vezes para festejar a vitória da Liberdade e da Democracia a nível Nacional mas também internacional

E a minha adesão é tão só um gesto público, de cidadania e de concordância com os largos milhares de Portugueses que manifestam civicamente em actos legítimos, ordeiros e democráticos a sua contestação e insatisfação perante este momento de risco eminente para a sobrevivência da soberania e da Democracia no nosso País.

- Mas se estas, serão razões generalistas, - as que objectivamente me levam a entoar os acordes daquele Hino à Liberdade, são inúmeras, e apenas por isso, aqui conseguirei indicar algumas, por comprovada falta de tempo.
- Cantarei assim, a Grândola Vila Morena, em primeiro lugar por Abril. – Pelos seus ideais, propósitos e objectivos iniciais como a Liberdade, a Democracia, a Paz, o direito ao pão, ao trabalho, à saúde e à educação.
- Cantarei combatendo a arrogância e a prepotência do Governo da Nação
- Contestando a insensibilidade e a falta de vergonha daquele, perante tanta fome, tanta miséria, pobreza, crueldade e injustiça
- Evocarei a incompetência, a mentira e a ignorância de quem afinal, decididamente continua a não conseguir acertar uma!
- Pela imediata demissão do expoente máximo neste Governo no que concerne ao cinismo, à arrogância, à prepotência, à sobrançeria e à incompetência com equivalência a Ministro de Estado
- Exigirei verdade,
- Pedirei a responsabilidade criminal e judicial dos políticos, perante todos os actos que praticam
- Reprovarei a falta de ética que se constata na política em geral
- Cantarei afinal, pela restauração da credibilidade da vida pública com ideais, princípios e valores.
- Reclamando a condenação de tantos e tantos criminosos de luva branca que lesaram o Estado em milhões, com consequências gravosas para cada um de nós

- Combatendo o proteccionismo económico, vergonhoso a quem menos precisa
- Pela extinção do clientelismo partidário a todos os níveis da Administração Publica Nacional, Regional ou Local
- Reivindicarei para todos, igualdade de oportunidades com base no mérito, nas qualificações profissionais e morais de cada um, desprezando a cor do cartão partidário
- Cantarei pelo direito ao trabalho
- Pela segurança no emprego
- Reclamando a integração dos jovens na vida activa e produtiva do nosso País
- Para que termine de imediato o êxodo forçado daqueles
- Evocarei com determinação a defesa da Escola Pública
- O Sistema Nacional de Saúde
- Um verdadeiro e justo Estado Social
- Pelos direitos adquiridos a ter uma velhice digna por parte de quem trabalhou uma vida inteira
- Cantarei fundamentalmente pela recuperação da esperança nesta País que é o meu, – que é o nosso!

Entoarei ainda a Grândola,

- Pela defesa intransigente da discriminação positiva das zonas desfavorecidas deste País
- Pela recuperação de um comboio rápido, eficiente, cómodo e de preços moderados e atractivos que ligue a nossa Região a Lisboa
- Pela abolição total das portagens nas auto-estradas do Interior
- Pelo fim do despesismo e dos elefantes brancos no nosso Concelho
- Pela autonomia politica, financeira e administrativa das Freguesias
- Pela atribuição de mais competências e responsabilidades às Freguesias que levem à consequente dignificação, respeito e consideração dos seus Autarcas
- Pelo fim da hegemonia, da influência e do controlo sistemático do Poder Local por parte dos Municípios subvertendo os objectivos do Poder Local Democrático de Abril
- Pelo fim imediato da agregação ou extinção de Freguesias devolvendo-lhes o direito de decidir o seu presente, o seu futuro, as suas ambições e os seus ideais
- Pelo fim dos endividamentos monstruosos dos Municípios que apenas servem para condicionar de forma antidemocrática, os projectos, os programas, – as justas e legítimas ambições dos Autarcas vindouros.
- Pela implementação e consequente fiscalização de uma rigorosa transparência na Administração Pública, a todos os níveis no nosso País

Se tudo isto que acabo de referir não representou ou significou perante cada um de vós o meu canto da Grândola, então prometerei repeti-lo creio que em breve, com a mesma intenção, a mesma intensidade, a mesma convicção e a mesma paixão que eu e muitos outros milhões de Portugueses fizemos em tempos idos, mas que recordamos cada vez mais por tão desejados e ambicionados...

- È que as vésperas estão aí...

28/02/2013

- Proposta do P.S.D. -

AP. António Maizot
36 votos favor
1 voto contr
7 " Brancos"
28/02/2013

Nomeação de elementos para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do "Fundas"

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata nos termos do Artigo 26º da Lei nº 147/99 de 1 de Setembro, que aprovou a Lei de Protecção de Crianças e Jovens onde se estabeleceu a designação dos membros das Comissões de Protecção por um período de dois anos, renovável até um máximo de seis anos consecutivos.

Verificando-se a cessação de funções por parte de elementos nomeados pela Assembleia Municipal.

Nos termos do regulamento de Assembleia Municipal do Fundas vem propor a nomeação dos três elementos seguintes:

- Francisco Elias;
- João Morgadinho Bento;
- Henrique Manuel Pereira Dias

FUNDAS, 28 de Fevereiro de 2013

Os PropONENTES

Paulo António Faria & Manuel António
João Manuel Naves Costa

Abel P.
[Signature]